



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 177854-9/02

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco e outro

EMBARGADO: Alcina Falcão Gondim e outros

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo

ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

*Sunt
- R -*

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 535 DO CPC.

Qui

1- O magistrado no exercício de seu poder jurisdicional não é obrigado a analisar todas as alegações levantadas pelas partes, quando apenas uma ou algumas delas já tem força suficiente para formar o seu convencimento.

2- Mesmo que não tenha o escopo de prequestionamento, caso a decisão não se encontre eivada de nenhuma contradição, não merecem ser os embargos acolhidos, sob pena de ofensa ao art. 535 do CPC.

3- Embargos Declaratórios rejeitados. À unanimidade.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 177854-9/02, em que é embargante **o Estado de Pernambuco e outro** e embargado **Alcina Falcão Gondim e outros**, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, mantendo incólume o Acórdão embargado, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 15 de 12 de 2009.


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Presidente -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 177854-9/02

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco e outro

EMBARGADO: Alcina Falcão Gondim e outros

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo

ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

Relatório

O Estado de Pernambuco, ingressou com os presentes Aclaratórios em face de Decisão Terminativa Monocrática prolatada nos autos do Recurso de Apelação nº 177854-9.

Argumenta o Embargante, em suma, nas suas razões recursais, que a decisão terminativa monocrática foi contraditória, uma vez que decidiu com base em lei diversa daquela pleiteada na inicial da presente ação.

Almeja seja aplicado efeito modificativo ao presente recurso, argumentando, para tanto, que existe manifesto equívoco no julgado.

É o relatório.

Recife, 15 de 12 de 2009.

DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

- Relator -

234 20



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 177854-9/02

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco e outro

EMBARGADO: Alcina Falcão Gondim e outros

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo

ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

Voto

Cuida-se de Embargos Declaratórios tirados em face de suposta contradição em que teria incorrido a decisão terminativa monocrática atacada, ao considerar em suas razões de decidir, a ilegalidade do desconto previdenciário determinado pela Lei nº 11.327/96, visto que, *in casu*, conforme afirma o recorrente, deveria ter sido considerado os descontos instituídos pelas Leis 11.522/98 e 11.630/99.

Adentrando no mérito recursal, não vislumbro nenhuma contradição na decisão terminativa embargada, pelos fundamentos que passo a expor.

Exsurge dos autos, que a contribuição previdenciária instituída pelo art. 33, I, da Lei nº 7551/77, com redação conferida pela Lei nº 11.327/96, foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da ADIN nº 1.426-1.

Ocorre que, posteriormente, foram editadas as Leis nºs. 11.522/98 e 11.630/99, no intuito de restabelecer a contribuição previdenciária, taxando, inclusive, os aposentados e pensionistas, sob um novo prisma.

A questão é de fácil entendimento e remete aos fundamentos já explanados na decisão monocrática atacada. Qual seja:

235 21



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

A impossibilidade de um novo repertório normativo criar tributo sobre os benefícios dos servidores públicos estaduais aposentados e pensionistas, após os mesmos terem cunprido as exigências constitucionais para o recebimento de suas aposentadorias integralmente.

Gize-se que, quando se trata de Seguridade Social, devemos ter em mente os princípios previstos na nossa Carta Constitucional e também alguns princípios gerais do Direito, como da igualdade, legalidade e do direito adquirido.

A irretroatividade da lei, prevista na CF/98, visa proteger o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Inclusive, colocando-os como cláusula pétrea, inalterável por emenda constitucional.

De modo que, a utilização de uma nova sistemática de cálculo fixada por uma Lei, que cria descontos previdenciários nos vencimentos dos servidores públicos aposentados e pensionistas viola a Carta Magna. Portanto, a pretensão dos apelados visa resguardar preceitos constitucionais fundamentais no ordenamento jurídico pátrio.

Ademais, o magistrado não é obrigado a analisar todas as alegações das partes, quando apenas uma ou algumas delas já tem força suficiente para formar o seu convencimento.

Nesses casos, em que o Embargante pretende rediscutir a matéria objeto do recurso, o que é vedado em sede de Aclaratórios, cujo objeto restringe-se àquele estabelecido nos incisos I e II do art. 535 do Estatuto dos Ritos, não merecem os Embargos prosperarem.

Corroborando tal entendimento, bastante elucidativo as decisões abaixo colacionadas:



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

"Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO.

1. Revelam-se Improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC).

2. Omissis

3. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl no REsp 775241 / SP ; EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL 2005/0139167-7; Rel Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; Órgão Julgador; PRIMEIRA TURMA; Data do Julgamento 25/10/2005; Data da Publicação/Fonte DJ 14.11.2005 p. 228).

"EMENTA: Corte Especial Processual Civil - Embargos Declaratórios em mandado de segurança. Alegação de o acórdão não concessivo do pleito ter deixado de apreciar vários argumentos da Impetrante, inclusive os referentes à observância do contraditório. Preliminar de incompetência deste Tribunal, relativamente à matéria do mandamus, rejeitada. Mérito: Falta de serventia dos argumentos opostos para integrar a decisão embargada, sabido que o referido recurso objetiva mais a integração do que a substituição do julgado. Inexistência, por outro lado, de obrigação de resposta a todas as alegações das partes, quando o julgador já tenha encontrado motivo suficiente para fundar o decisum. Inocorrência de omissão. Embargos rejeitados." (Grifos Acrescidos)

237 238



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

(Embargos de Declaração: 60454-6/01; Relator: Napoleão Tavares.
Órgão Julgador: Corte Especial. Publicação: Nº DJ: 228 Data da
Publicação: 29/11/2002)

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pela **rejeição** dos presentes
Aclaratórios, para manter incólume a decisão terminativa prolatada na Apelação
Cível nº 177854-9.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife, 15 de 12 de 2009.


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -